

Senado aprova e encaminha à sanção presidencial proposta que assegura aos moradores de rua prioridade nos programas de assistência social do governo

## Projeto ajuda a inclusão social de morador de rua

Prioridade para moradores de rua nos programas de assistência social do governo é o que estabelece projeto aprovado pelo Senado. De iniciativa da Câmara dos Deputados, a proposta, que altera a Lei Or-

gânica da Assistência Social, será enviada à sanção. Em audiência pública na CAS, o padre Renato Chiera disse que é dever do Estado elaborar políticas públicas em favor das crianças que habitam as ruas. **Página 4**

### RECRIAÇÃO DA SUDENE SERÁ VOTADA NA TERÇA

Acordo de lideranças prevê para terça-feira a votação do projeto do governo que recria a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Após leitura de parecer em Plenário, a matéria foi

debatida pelos senadores. Na liderança do governo, Romero Jucá anunciou que o Executivo enviará proposta recriando a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). **Página 3**

Célio Azevedo



Discussão do projeto que recria a agência de desenvolvimento do Nordeste dominou ontem os trabalhos do Plenário

### Jaguaribe e Ricúpero discutem o crescimento

Hélio Jaguaribe e Rubens Ricúpero afirmam na CRE que país ainda pode ter crescimento acelerado. **Página 7**

### Oposição enfrenta governo na Comissão de Orçamento

A oposição vem obtendo êxito na obstrução das votações da Comissão Mista de Orçamento. Ontem, impediu a apreciação de créditos adicionais ao Orçamento

deste ano, apesar do acordo para examinar 15 projetos. A proposta do Orçamento para 2006 também encontra dificuldades e corre risco de ser obstruída. **Página 6**



Marcia Mariz

Ao lado de Serraglio (E) e Tuma, o depoente Godinho (D) conta o que viu de estranho

### Depoente levanta novas suspeitas em empréstimos

Um banco empresta dinheiro para não receber? Segundo Carlos Roberto Godinho, ex-superintendente de *compliance* (espécie de auditoria) do Banco Rural, isso pode ter ocorrido nas operações da SMP&B, de Marcos Valério, com o Banco Rural. Em depoimento à CPI dos Correios, Godinho disse ter apontado, em relatórios, indícios de lavagem de dinheiro nas contas da empresa. **Página 5**

### Palocci recusa convite. CPI vota convocação

Relator da CPI dos Bingos, Garibaldi Alves informou que o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, recusou mais um convite para depor na comissão. Agora, os senadores podem votar a convocação. **Página 5**



Assunção Costa

Mestrinho (de óculos) conversa com parlamentares na Comissão Mista de Orçamento

Para Serys, "a violência contra a mulher é o assassinato e a lesão corporal, mas é também a humilhação sofrida todos os dias pela simples condição feminina"



Presentes no Plenário da Câmara dos Deputados as senadoras Lúcia Vânia, Heloísa Helena e Iris de Araújo, e a deputada Luciana Genro

## Sessão solene celebra combate à violência contra a mulher

O Congresso Nacional promoveu ontem sessão solene para registrar a passagem do Dia Internacional para Eliminação da Violência Contra a Mulher, fixado em 25 de novembro. O evento, realizado a requerimento da senadora Serys Shlessarenko (PT-MT), presidente da Comissão Especial Temporária do Ano Internacional da Mulher Latino-Americana e Caribenha, marca também o encerramento das comemorações deste ano.

A sessão, realizada no Plenário da Câmara dos Deputados, teve à mesa, além do presidente do Senado, Renan Calheiros, o presidente da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo; o deputado Inocêncio Oliveira (PL-PE); a delegada Jane Barbosa, da Delegacia da Mulher; a reitora do Instituto de Educação Superior de Brasília (Iesb), Eda Coutinho; e as embaixadoras das Filipinas, Teresita Barsana, e da África do Sul, Lindiwe Zulu.

Várias mulheres com seus fi-

lhos, acolhidos pela Casa Abrigo – entidade que apóia mulheres vítimas de violência –, estavam presentes à sessão, junto a vários parlamentares, entre eles as senadoras Serys Shlessarenko, Heloísa Helena (PSOL-AL), Iris de Araújo (PMDB-GO), Roseana Sarney (PFL-MA) e Lúcia Vânia (PSDB-GO).

### Questão cultural

Em seu discurso, Serys Shlessarenko citou vários exemplos de assassinatos de mulheres pelos respectivos companheiros, que alegaram legítima defesa da honra.

– A todo instante isso está acontecendo. A violência contra a mulher é o assassinato e a lesão corporal, mas é também a humilhação sofrida todos os dias pela simples condição feminina – afirmou Serys.

A parlamentar destacou ainda que a luta pelos direitos das mulheres tem avançado muito, inclusive com a mudança de várias leis. No entanto, lembrou que é

preciso vencer uma outra luta, segundo ela, a mais importante de todas: a questão cultural.

– Como construir uma situação diferente para nossa sociedade, se não conseguimos mudar a cultura dentro da nossa própria casa, onde muitas vezes dispensamos aos nossos filhos tratamento diferente ao dispensado às nossas filhas? – questionou a senadora, ao alertar para a necessidade de mudança cultural nas relações dentro das famílias.

A senadora Iris de Araújo também reconhece que a sociedade, embora venha se transformando muito ao longo das últimas décadas, “não muda em relação à mulher”. Para ela, a falha ocorre na ocupação do espaço político feminino.

– Apesar de sermos 54% do eleitorado, temos pouca representatividade política. Estamos errando é na condução das políticas públicas voltadas para a questão da nossa representatividade – observou.

## Renan diz que é impossível haver democracia se persistirem agressões

O presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou ser impossível existir igualdade e democracia num país em que, a cada 15 segundos, uma mulher é agredida, muitas vezes dentro da própria casa. Ele se referia ao Brasil na abertura da sessão solene do Congresso que comemorou o Dia Internacional para Eliminação da Violência contra a Mulher e o encerramento do Ano Internacional da Mulher Latino-Americana.

Renan Calheiros assegurou que o Legislativo não pode e não vai fugir à sua responsabilidade nessa questão. O senador disse que o

Parlamento tem o compromisso de aprovar projeto de combate e prevenção da violência doméstica contra a mulher, cujo texto deve ser amplamente discutido com os movimentos feministas e que, no seu entender, será um marco na luta contra a violência de gênero.

O presidente do Senado advertiu, no entanto, que, para apagar essa mancha na dignidade nacional, é preciso vontade e união. Renan recomendou que Executivo, Legislativo, Judiciário e sociedade trabalhem juntos na solução do problema.

## Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp)

### Plenário

Com início às 9h30, a sessão de hoje é não-deliberativa, não estando previstas votações de projetos, mas pronunciamentos e debates dos senadores em Plenário. Na próxima semana, os parlamentares voltam a analisar o projeto que recria a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

### Greve das universidades na Rádio

Na segunda-feira ao meio-dia, a Rádio Senado discute ao vivo a greve dos professores das universidades federais, que estão paralisados há mais de cem dias e reivindicam aumento de salários e novas contratações. O programa conta com a participação do secretário-executivo adjunto do MEC, Ronaldo Teixeira, e do senador Cristovam Buarque (PDT-DF), ex-ministro da Educação.

### Encontro de TRES

O presidente do Senado Federal, Renan Calheiros, participa hoje do 31º Encontro do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais, no Centro Cultural e de Exposição de Maceió, capital de Alagoas.

### Terras indígenas na CDH

Na próxima segunda-feira, às 10h, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) vota requerimento que solicita audiência pública para tratar da demarcação da terra indígena Krahô/Kanela.

## JORNAL DO SENADO

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros

**1º Vice-Presidente:** Tião Viana

**2º Vice-Presidente:** Antero Paes de Barros

**1º Secretário:** Efraim Morais

**2º Secretário:** João Alberto Souza

**3º Secretário:** Paulo Octávio

**4º Secretário:** Eduardo Siqueira Campos

**Suplentes de Secretário:** Serys Shlessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia

**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva

### COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:**

Armando S. Rollemberg

**Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social:** Helival Rios

**Diretor do Jornal do Senado:** Eduardo Leão (61) 3311-3333

**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Thâmara Brasil

**Diagramação:** Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

**Arte:** Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

**Arquivo fotográfico:** Elida Costa (61) 3311-3332

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

### AGÊNCIA SENADO

**Diretora:** Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

**Chefia de reportagem:** Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670

**Edição:** Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

**Site:** [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br) - **E-mail:** [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)

**Tel.:** 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 2º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, João Alberto Souza, Papaléo Paes, Aelton Freitas, Augusto Botelho, Jefferson Péres e Teotônio Vilela

Caso seja aprovada pelos senadores, matéria volta à Câmara dos Deputados para nova votação. Governo anuncia que enviará proposta de recriação da Sudam

## Projeto que recria a Sudene deverá ser votado na terça

A proposta que recria a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) deverá ser votada, em Plenário, na próxima terça-feira, por acordo entre lideranças partidárias. Caso seja aprovada, a matéria volta à Câmara, para nova votação.

A matéria (PLC 59/04-Complementar) foi lida e relatada em Plenário pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), que rejeitou todas as emendas apresentadas pelos senadores Ney Suassuna (PMDB-PB) e Marcelo Crivella (PMR-RJ).

Segundo o líder do governo em exercício, senador Romero Jucá (PMDB-RR), o Executivo mostrou-se sensível aos apelos dos senadores da região Norte e enviará ao Congresso Nacional proposta de recriação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam).

– Vamos fazer um esforço para votar, imediatamente, essa proposta na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com o objetivo de possibilitar sua apreciação em Plenário ainda este ano, possivelmente na próxima semana – afirmou.



Jereissati e Antonio Carlos, relatores na CCJ e na CDR, mudaram o texto e proibiram o contingenciamento de recursos destinados ao órgão

Para Jucá, não seria justo recriar a Sudene e esquecer a Sudam, pois ambas as superintendências executavam trabalho semelhante de desenvolvimento de regiões carentes de recursos e de projetos.

Durante o governo Fernando Henrique Cardoso, tanto a Sudene quanto a Sudam foram extintas em razão de denúncias de corrupção sistêmica. Para o senador Jefferson Péres (PDT-AM), o projeto da nova Sudene inclui

mecanismos que deverão dificultar qualquer tipo de fraude. Ele defendeu a recriação da Sudam em moldes semelhantes.

### Inovação

Na discussão da proposta, o senador Antônio Carlos Valadares

(PSB-SE) elogiou o caráter inovador da superintendência, que permitirá a efetivação de projetos modernos de aproveitamento dos recursos próprios da região.

– Não queremos cestas básicas nem carros-pipa, queremos ser solução para o Brasil com nossas potencialidades e não representar eternos problemas de seca e de miséria – destacou Valadares.

Para Rodolpho Tourinho (PFL-BA), o dispositivo que impede o contingenciamento dos recursos do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FNE) proporcionará reais possibilidades de progresso para a região, que “não mais ficará sujeita à tirania da política econômica federal”. Tourinho destacou que o conselho deliberativo da nova Sudene, com apenas 16 membros, será um órgão ágil.

Para a senadora Patrícia Saboya (PSB-CE), a recriação da autarquia é fruto de discussões suprapartidárias responsáveis.

Já Ney Suassuna ressaltou a possibilidade de impulso para o Nordeste.

– Não pode haver um todo forte se uma parte é fraca – observou.

## Sarney lembra "extraordinária função" da autarquia

Durante a sessão deliberativa de ontem, diversos senadores se alternaram na tribuna para defender o substitutivo ao projeto de lei complementar do Executivo que recria a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), aprovado pelas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR). A votação da matéria foi adiada para a próxima terça-feira.

Ex-presidente da República, o senador José Sarney (PMDB-AP) elogiou o relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), e o relator na Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR), Antonio Carlos Magalhães, salientando que ambos acompanharam “a glória e o ocaso” da Sudene.

Sarney fez um histórico da superintendência, lembrando que, em 1959, quando era deputado federal, acompanhou visita do presidente Juscelino Kubitschek ao Polígono das Secas. Mais tarde, JK enviou Celso Furtado à região e lhe pediu um relatório, que viria a ser chamado Operação Nordeste, no qual Furtado deli-

neou o formato da Sudene.

Sarney destacou a “extraordinária função” cumprida pela autarquia, mas disse que a Sudene pagou caro pelo fato de seu conselho deliberativo ter-se tornado uma instância política, com força e visibilidade nacional. Isso teria provocado reações contrárias de setores do Centro-Sul, que se sentiram prejudicados com a política de incentivos para a industrialização do Nordeste. Esse foi, na avaliação do senador, o começo do declínio da Sudene, quando os recursos começaram a ser desviados para outros estados, inviabilizando os projetos para integração do Nordeste e a redução das desigualdades regionais.

### Relevância

Tasso Jereissati elogiou o pronunciamento de Sarney e reafirmou a necessidade de retorno da questão regional à agenda nacional. Jereissati ressaltou que nos anos de declínio da Sudene o Nordeste cresceu menos que a média nacional.

Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) enalteceu a excelência do relatório de Antonio Carlos Magalhães e destacou que a proposta é

ousada e será eficaz na criação de mecanismos para que o Nordeste se desenvolva, reduzindo-se, assim, o “fosso existente” entre o Nordeste e o Sudeste.

Edison Lobão (PFL-MA) afirmou que, se não fosse a antiga Sudene, o desnível entre o Nordeste e o Centro-Sul seria ainda maior.

Arthur Virgílio Neto (PSDB-AM) acredita que com uma estrutura mais enxuta, um fundo que possibilite empréstimos em melhores condições e uma subsidiária do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) capaz de capitalizar os empreendimentos privados, a Sudene aumentará sua capacidade de solucionar os problemas do Nordeste.

Para Heráclito Fortes (PFL-PI), o projeto que cria uma Sudene “mais enxuta, ágil, menos burocrática e adaptada aos dias atuais” terá o apoio unânime do Senado.

Heloísa Helena (PSOL-AL) considerou a proposta ousada, por estabelecer mecanismos de fiscalização e possibilitar a promoção “de uma política nacional democrática, capaz de pensar o Brasil integralmente, com políti-



Para Sarney, importância política do conselho deliberativo levou ao declínio da Sudene

cas públicas para cada região”.

Já Flexa Ribeiro (PSDB-PA) destacou a participação dos governadores no Conselho Deliberativo da nova Sudene e o planejamento de longo prazo, de acordo com as necessidades regionais.

João Batista Motta (PSDB-ES) lembrou que o ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, foi o primeiro a sugerir a recriação da Sudene e manifestar sua certeza de que a instituição “voltará revigorada e blindada contra a corrupção”.

Na opinião do senador Gari-

baldi Alves Filho (PMDB-RN), os recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento do Nordeste não podem ser contingenciados e já estão previstos no Orçamento da União, o que garantirá a viabilidade do projeto.

Mão Santa (PMDB-PI), que foi conselheiro da Sudene, recordou que, quando chegou a ordem do governo Fernando Henrique Cardoso para que fosse extinta, os que nela acreditavam – como ele e os então governadores Tasso Jereissati e Jarbas Vasconcelos – não tiveram força política para impedir seu fechamento.

Proposta aprovada pelo Senado estende às pessoas que moram na rua a proteção dos programas de assistência social, antes restrita às crianças e adolescentes

## Vai à sanção projeto que ampara moradores de rua

Os moradores de rua, assim como as crianças e os adolescentes em geral, deverão ter prioridade nos programas de assistência social implementados pelo governo. É o que determina o Projeto de Lei da Câmara 80/04, de autoria do deputado Henrique Afonso (PT-AC), aprovado ontem pelo Senado em votação simbólica.

O projeto modifica a Lei Orgânica da Assistência Social (Lei 8.742/93), que esclarece objetivos e define diretrizes para

as ações sociais dos governos federal, estadual e municipal. Antes da aprovação do projeto da Câmara, a lei em vigor estabelecia que apenas crianças e adolescentes deveriam ter prioridade nessas ações.

Em discurso emocionado, a senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) parabenizou o deputado Henrique Afonso pela iniciativa. Ela afirmou que a grande maioria dos moradores de rua realiza trabalhos pesados, sendo poucos aqueles que vivem de mendicân-

cia. Heloísa Helena explicou que muitos motivos levam as pessoas a viver nas ruas, destacando as dificuldades econômicas e problemas familiares.

A senadora Patrícia Saboya (PSB-CE) disse que a miséria, a exclusão social e a falta de oportunidades é que levam as pessoas a sair de casa. O senador Romero Jucá (PMDB-RR) encaminhou favoravelmente a votação pela liderança do governo. A matéria agora vai à sanção do presidente da República.

## Rose Marie Muraro é declarada patrona do feminismo nacional

Projeto de lei da deputada Laura Carneiro (PFL-RJ) que declara a escritora Rose Marie Muraro patrona do feminismo nacional foi aprovado pelo Plenário. Durante a discussão do projeto (PLC 115/05), a relatora da proposta, senadora Iris de Araújo (PMDB-GO), destacou a importância histórica de Rose Marie, escritora vanguardista do movimento feminista no país.

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) lembrou que os textos de Rose Marie Muraro foram a primeira leitura sobre feminismo para muitas pessoas no Brasil. Ela ressaltou a importância das obras da escritora para a questão de classe na vida da mulher brasileira.

Ao aplaudir a aprovação da matéria, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) frisou a importância do trabalho de Rose Marie Muraro para provocar uma maior conscientização de homens e mulheres em relação ao papel que elas devem ter na construção do mundo. O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) também manifestou seu apoio ao projeto e qualificou a escritora homenageada como uma heroína do país.

### Pesar

Almeida Lima (PMDB-SE) apresentou requerimento de voto de pesar pela morte, no último dia 6, de José Silvério Fontes, professor da Universidade Federal de Sergipe e conselheiro federal da Ordem dos Advogados do Brasil.



Renan preside sessão deliberativa de ontem, em que vários projetos foram apreciados

## Aprovada proposta que declara 2006 o Ano do Turismo

Os senadores aprovaram ontem o Projeto de Lei da Câmara 97/05, que institui 2006 como o Ano do Turismo. O projeto original, do então deputado Rogério Silva, iniciou sua tramitação na Câmara em 2003 e estabelecia que o ano de 2005 seria dedicado ao turismo. A matéria vai à sanção presidencial.

O objetivo da proposição, segundo seu autor, é chamar a atenção da população brasileira para a importância do turismo na economia nacional. Ele argumenta que a instituição do Ano do Turismo contribuirá para o fortalecimento dessa atividade e permitirá sua expansão.

## Incluído mais um trecho no Sistema Rodoviário Federal

O Plenário aprovou ontem projeto que inclui trecho que une as rodovias BR-381 e BR-116 – num total de 268 quilômetros – ao Sistema Rodoviário Federal do Plano Nacional de Viação. A rodovia interliga as cidades de Mantena e Ubaporanga, em Minas Gerais.

O projeto (PLS 14/05) foi apresentado pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, após acolher sugestão formulada pela Associação Comunitária de Chonin de Cima, com sede na cidade de Governador Valadares (MG). Antes de seguir à Câmara dos Deputados, o projeto vai à Mesa para redação final.



Presentes à missa no Salão Negro os presidentes das duas Casas, parlamentares e funcionários

## Congresso celebra ação de graças pelo encerramento dos trabalhos

O arcebispo emérito de Brasília, dom José Freire Falcão, celebrou ontem, no Salão Negro do Congresso, missa em ação de graças pelo encerramento dos trabalhos legislativos de 2005 e pela confraternização de Natal, a pedido dos presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Aldo Rebelo. Dom Freire Falcão foi auxiliado pelo padre Ernani Pinheiro e pelo deputado José Linhares (PP-CE), também padre.

Cerca de 250 pessoas, entre

senadores, deputados e funcionários, participaram da missa, que contou com a presença do núncio apostólico do Brasil, dom Lorenzo Baldisseri, representando o papa Bento XVI. As leituras foram feitas por Renan Calheiros e Aldo Rebelo. Além de Tião Viana (PT-AC), que leu o Salmo Responsorial, os senadores Antero Paes de Barros (PSDB-MT) e Heloísa Helena (PSOL-AL), e os deputados Inocêncio Oliveira (PL-PE) e Marcus Vicente (PTB-ES) fizeram a Oração dos Fiéis.

## Mercadante: Senado deve participar dos festejos da imigração japonesa

O senador Aloizio Mercadante (PT-SP) apresentou requerimento em Plenário pedindo a criação de comissão temporária interna do Senado para acompanhar os preparativos das comemorações dos cem anos da imigração japonesa para o Brasil. Composta por três senadores titulares e três suplentes, a comissão deverá discutir também formas de estreitar as relações entre os parlamentos de ambas as nações.

Na justificativa, Mercadante informa que em 1907 o governo do estado de São Paulo autorizou a Companhia Imperial de Imigração do Japão a trazer emigrantes para o Brasil. Em junho de 1908 chegaram em Santos (SP) as primeiras 165 famílias nipônicas.

– Iniciou-se assim a brilhante saga da imigração japonesa no Brasil. Num primeiro período, entre 1910 e 1914, chegaram cerca de 14.200 imigrantes – afirmou.

## Agripino quer saber por que agência de aviação civil não funciona

O líder do PFL, senador José Agripino (RN), disse que encaminhará à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) um pedido de audiência pública para debater as razões do não-funcionamento da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), cuja criação foi aprovada em setembro. O senador considera que os ministros do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Casa Civil, e o comandante da Aeronáutica devem comparecer à audiência para dar explicações.

Agripino observou que o governo deve explicar por que não existe previsão orçamentária para 2006 destinada à agência ou qualquer indicação para compor a sua diretoria. O líder do PFL também quer saber qual a consequência



Agripino pede audiência para debater as razões do não-funcionamento da Anac

do não-funcionamento para a aviação civil.

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI), presidente da CI, lembrou que o governo lutou pela criação da agência, sendo surpreendente seu desinteresse atual pela Anac.



Relator da CPI dos Bingos, Garibaldi afirma que requerimento de convocação do ministro será votado na terça-feira

## Palocci recusa convite da CPI e pode ser convocado

O relator da CPI dos Bingos, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), informou ontem que o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, recusou mais um convite feito pela CPI para que prestasse depoimento na comissão. Na quarta-feira, Flávio Arns (PT-PR) havia sido encarregado de tentar convencer o ministro a depor como convidado na próxima terça-feira.

Segundo Garibaldi, Palocci explicou a Arns que não poderia comparecer na próxima semana. O ministro, ainda segundo o relator, prometeu enviar correspondência para o presidente da CPI, senador Efraim Morais (PFL-PB), para justificar a recusa ao convite. Com isso, garantiu Garibaldi, fica mantida para terça-feira a votação do requerimento de convocação do ministro. O relator observou, no entanto, que dificilmente o depoimento do ministro poderá ser tomado ainda este ano.

### Comendador Arcanjo

Garibaldi informou que a CPI dos Bingos tem planos de investigar as atividades de João Arcanjo Ribeiro, conhecido como Comendador Arcanjo, preso em Montevídeu desde 2003. Ele é acusado de chefiar o crime organizado em Mato Grosso, com ramificações em outros estados brasileiros, e de sonegação contra a Receita Federal. O Ministério da Justiça já solicitou a extradição de Arcanjo, que possivelmente deve retornar ao Brasil no início de 2006.

Investigado no início do ano pela CPI do Banestado, o Comendador já teve sua convocação aprovada pela CPI dos Bingos em agosto último. Garibaldi acredita que Arcanjo esteja envolvido também com casas de bingo.

Garibaldi disse que pretende divulgar o primeiro relatório parcial da CPI dos Bingos no dia 15. O relator adiantou que o documento vai tratar do caso das negociações para a renovação do contrato entre a multinacional GTech e a Caixa Econômica Federal.

Em depoimento à CPI dos Correios, Carlos Roberto Godinho diz que havia relatórios indicando indícios de lavagem de dinheiro. Parlamentares da comissão levantam a hipótese de que o Banco Central tenha sido leniente na fiscalização

# Empréstimo a Valério “era feito para não ser pago”, diz ex-superintendente do Rural

O ex-superintendente de *compliance* (espécie de auditoria) do Banco Rural Carlos Roberto Godinho confirmou o teor de sua entrevista à revista *Época* e disse que os empréstimos do banco a Marcos Valério eram feitos “para não serem pagos”. Ele também sustentou a elaboração de relatórios indicando haver indícios de lavagem de dinheiro na movimentação da conta da agência SMP&B porque ela era pelo menos dez vezes maior que o faturamento da empresa. Segundo o ex-dirigente, seu superior imediato, o diretor Vinícius Samarane, pediu que as informações fossem retiradas do documento, mas o diretor da área em 2004, o vice-presidente José Roberto Salgado, responsável pelo repasse dos dados ao Banco Central (BC), não cumpriu essa determinação.

Em depoimento à CPI dos Correios, Godinho enfatizou que os empréstimos feitos a Valério, ainda que formalizados, fugiam ao teor das operações realizadas pelo banco, porque nunca foram liquidados quando vencidos, mesmo havendo dinheiro na conta da SMP&B. As renovações

## Banco Central pode ter sido leniente na fiscalização

Durante o depoimento de Carlos Godinho, parlamentares da CPI dos Correios levantaram a hipótese de o Banco Central ter sido leniente na fiscalização das operações do Banco Rural com o Partido dos Trabalhadores e com as empresas de Marcos Valério.

Os diretores do Rural, que, segundo Godinho, conta com profissionais qualificados para detectar indícios de lavagem de dinheiro nas operações bancárias, ignoraram o fato de que a movimentação nas contas de Marcos Valério era muito elevada.

– Os dados estão todos lá, em relatórios que chamamos de “Política Conheça seu Cliente”. As análises que falam em irregularidades, no entanto, desapareceram – enfatizou o ex-superintendente, acrescentando que isso já aconteceu em várias ocasiões.

Godinho explicou que a fisca-



Para Godinho (à direita, ao lado de Tuma e de Serraglio), o BC teria condições de perceber a movimentação irregular no Banco Rural

necessárias não eram feitas e o montante nunca foi cobrado. Ele confirmou ainda que a presidente do Banco Rural, Kátia Rabelo, sabia das renovações.

Ao ser questionado pelo relator, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), se as dívidas realmente foram feitas para não serem pagas, respondeu:

– Com certeza, tanto que não foram pagas até hoje. A movimentação astronômica da conta e o fato de ninguém cobrar a dívida mostram isso – frisou.

Godinho explicou que, após a elaboração do relatório semestral com suspeitas sobre a conta da SMP&B e de Marcos Valério, os diretores justificaram à área de auditoria interna que a movimentação era considerada normal. Depois disso, passaram a retirar as menções a essas desconfiadas do balanço semestral. Ele também afirmou que o Banco Central teria condições de perceber a movimentação estranha com base nos dados enviados pelo Rural.

Ao ser informado que deporia

na condição de testemunha, Godinho, que veio sem advogado, disse estar protegido por uma liminar concedida em favor de Kátia Rabelo, que o impede de dar entrevistas sobre o assunto. Mesmo assim, o depoente insistiu em que a sessão fosse aberta. O ex-superintendente ressaltou que responde a três processos com pedidos de indenização – à Kátia, Ayana Tenório e José Roberto Salgado (vice-presidentes) – e que sofreu uma devassa em casa.

## Serraglio reafirma sugestão de prisão de Marcos Valério

O relator da CPI dos Correios, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), voltou a afirmar que o pedido de prisão do empresário Marcos Valério, sugerido por ele na quarta-feira, “não foi uma elucubração”. Segundo Serraglio, o empresário continua modificando documentos e registros contábeis, o que atrapalha as investigações. Essas alterações são confirmadas por laudo da polícia técnica, feito a pedido da Polícia Federal, em poder da CPI.

O laudo, disse, aponta “nova tentativa de induzir as autoridades a erro”, dificultando o rastreamento das origens e destinos dos recursos. Ele afirmou que “as análises e os resultados periciais futuros podem ser afetados de maneira que a verdade não transpareça”.

o valerioduto existe, é porque houve complacência por parte delas – criticou.

Os empréstimos do Rural teriam abastecido o caixa dois do PT por dois caminhos – diretamente para as contas das agências de Marcos Valério. Godinho explicou, em seu depoimento, como já havia feito em entrevista à revista *Época*, que o banco sabia que jamais receberia o dinheiro de volta, pois as operações foram realizadas sem nenhuma espécie de garantia.

– Era estranho desde o começo, pois Valério recebeu a denominação “AA”, classificação que só é dada a grandes companhias, com garantias inquestionáveis – contou o depoente.

Conforme Godinho, existiriam interesses do Rural que justificariam o risco da falta de garantias. Ele não esclareceu, no entanto, que interesses seriam esses.

### Críticas

O deputado Antônio Carlos Magalhães Neto (PFL-BA) disse acreditar que pode ter havido decisão deliberada por parte dos dirigentes do BC para minimizar o que foi apurado nas auditorias. Ele voltou a solicitar a convocação do presidente do órgão, Henrique Meirelles, ou de pelo menos alguns de seus diretores.

Alvaro Dias (PSDB-PR) também exigiu rigor da CPI.

– A omissão e a irresponsabilidade do Banco Central nesse episódio extrapolaram os limites do bom-senso. As principais responsáveis pela corrupção que assola o país são as autoridades monetárias. Se

Dificuldades enfrentadas pelo governo na decisão sobre suplementações ao Orçamento deste ano se estendem à análise da proposta para 2006, que também sofre atrasos

## Obstrução de opositoristas adia votação dos créditos

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) não conseguiu votar os créditos adicionais ao Orçamento deste ano. O acordo firmado na véspera era para examinar 15 projetos. O governo ainda conseguiu incluir, na última hora, mais um pedido de crédito, o décimo sexto, com o valor de R\$ 7,13 bilhões, para os ministérios da Previdência e do Trabalho.

As obstruções estão cada vez mais frequentes na comissão. A reunião de ontem foi suspensa porque o deputado José Carlos Machado (PFL-SE) ameaçou pedir verificação de quórum. Ele reclamou da suspensão do empréstimo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para a construção de uma ponte em seu estado. A votação dos créditos ficou adiada para terça-feira da próxima semana.

O governo também enfrenta atrasos na tramitação do projeto



Mestrinho (de óculos) ouve parlamentares em busca de acordo para votar créditos

de lei do Orçamento de 2006. O relator, deputado Carlito Merss (PT-SC), obteve a aprovação da nova estimativa de arrecadação federal, com um acréscimo líquido de R\$ 9,9 bilhões à proposta do Executivo, pelos integrantes do Comitê de Receitas (*ver matéria abaixo*). Agora, os relatores setoriais poderão concluir os seus trabalhos. Isso não significa, porém, que a tramitação irá deslançar. O deputado Ricardo Barros (PP-PR) avisou que irá

obstruir a votação da proposta para 2006 até que o Congresso se disponha a deliberar sobre as novas regras para disciplinar o processo orçamentário e o funcionamento da CMO. Sem conseguir aprovar o seu relatório na comissão especial que estudou o tema, Barros resolveu apresentá-lo na forma de projeto à Mesa do Congresso. Os pareceres da Câmara e do Senado foram entregues e os prazos de tramitação da proposta estão esgotados.

## Comitê aumenta previsão de arrecadação para 2006

O Comitê de Receitas da Comissão Mista de Orçamento decidiu ontem aumentar em R\$ 9,9 bilhões a previsão de arrecadação federal para 2006. Os parlamentares esperam, com isso, cobrir vários "rombos" do projeto orçamentário que o Executivo encaminhou ao Congresso Nacional. Os técnicos legislativos mostraram ao Comitê de Receitas que a metodologia usada pela Receita Federal contém desvios que diminuem a arrecadação prevista.

Antes da decisão, o secretário da Receita, Jorge Rachid, passou algumas horas no Congresso tentando convencer os parlamentares a manter a previsão do governo de que a arrecadação administrada de 2006 ficará em R\$ 347,2 bilhões. Com a mudança, o valor sobe para R\$ 357,1 bilhões.

Esse é o quinto ano seguido que o Congresso muda a previsão do Executivo e, em todos eles, houve confirmação das estimativas feitas no Parlamento.

A revisão permitirá que a Comissão de Orçamento acelere nos próximos dias o exame do projeto orçamentário. Até a semana que vem o relator-geral, deputado Carlito Merss, decidirá como redistribuir os novos recursos, pois o Orçamento chegou ao Congresso com "rombos" próximos de R\$ 10 bilhões. O governo não previu gastos com ressarcimento aos estados por isenções fiscais na exportação (Lei Kandir), não destinou à saúde tudo o que a Constituição determina, não previu reajuste da tabela do Imposto de Renda e nem colocou dinheiro para reajuste geral do funcionalismo.

– A minha prioridade será o salário mínimo. Com certeza vou propor um valor acima dos R\$ 321 sugeridos pelo governo – disse o deputado Carlito Merss à imprensa.

Ele considera difícil chegar a R\$ 400, como vêm defendendo entidades de classe dos trabalhadores, porque esse valor exigiria um gasto para a Previdência Social de R\$ 12,4 bilhões no próximo ano (com o pagamento de aposentadorias de salário mínimo).

O deputado sustentou que há tempo para votação do projeto de Orçamento até o dia 15 deste mês, como previsto no cronograma. Mas reconhece que o Congresso vive momentos de acirramento político (CPIs e eleições de 2006), que podem atrasar a votação.

## Suplicy apresenta proposta para aperfeiçoar referendo e plebiscito

Os mandatos do presidente da República, deputados federais e senadores poderão ser revogados pela própria população, por meio de referendo a ser realizado após transcorrido um ano da data da posse dessas autoridades nos respectivos cargos. Esse é o teor de uma das propostas de emenda à Constituição (PEC) apresentada ontem pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP).

As proposições são subscritas pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS) e estão enquadradas na Campanha Nacional em Defesa da República e da Democracia, lançada pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), com o objetivo de reforçar a participação da sociedade no debate dos principais temas de interesse do país.

Além da emenda, Suplicy também apresentou projeto de lei regulamentando o artigo 14 da Constituição, o qual estabelece que a soberania do povo também será exercida mediante plebiscito e referendo. A questão já é regulamentada pela Lei 9.709/98, mas assinala "deficiências notórias", afirmou.

– Quando a Constituição declara que tanto o sufrágio universal quanto o plebiscito e o referendo são manifestações da soberania popular, impedir o povo de exercer o poder de iniciativa de plebiscitos e referendos seria equivalente a reconhecer que a realização de eleições dependeria de decisão do Congresso – argumenta Suplicy na justificativa do projeto.

### Transposição

Outra PEC apresentada por Su-



Suplicy observa que projeto de lei vai regulamentar o artigo 14 da Constituição

ply estabelece que a construção de barragens ou a transposição de águas de rios que banhem mais de um estado, sirvam de limites com outros países ou deles provenham, dependerão de autorização do Congresso Nacional.

– A recente polêmica, suscitada pela determinação do governo de executar o megaprojeto de transposição das águas do rio São Francisco, veio pôr a nu uma falha grave no sistema de equilibrada repartição de competências entre os Poderes da União – explica Suplicy. A discussão sobre a transposição das águas do São Francisco, conforme o senador, serve para mostrar que a Constituição federal também não dá ao Poder Legislativo "atribuição alguma no que tange à realização de obras de construção de barragens".

– Tal assunto não está previsto no rol das atribuições do Congresso, o que significa que o Poder Executivo é livre para tomar tais decisões e de pô-las em execução, submetendo-se apenas ao controle posterior dos demais Poderes da União – conclui o parlamentar.

## Sarney comemora anúncio da construção de "supergasoduto" entre Brasil e Venezuela

José Sarney (PMDB-AP) comemorou ontem o anúncio feito pelo ministro de Minas e Energia, Silas Rondeau, da celebração de acordo entre Venezuela e Brasil para construção de um supergasoduto interligando os dois países. A obra deverá percorrer significativa extensão dentro do território brasileiro, primeiro até Manaus, prolongando-se para as regiões Norte e Nordeste, seguindo até o Sul do Brasil, se estendendo a Buenos Aires e, possivelmente, até Montevideu.

– É uma notícia excepcional porque significa uma nova visão em matéria da utilização de gás para todas as regiões do país. Até agora nossa preocupação tem sido

com a colocação do gás somente à disposição do Centro-Sul – disse o senador.

Após assinalar a construção de duas linhas de gás – uma entre Mossoró (RN) e Camaçari (BA) e outra entre Campos (BA) e São Paulo – durante o seu mandato presidencial, Sarney manifestou satisfação pelo fato de o "supergasoduto" prever a integração dessas duas linhas nacionais construídas em seu governo. Ele comemorou também a inclusão de Macapá dentro do projeto.

Sarney pediu ainda urgência na construção do gasoduto Urucu-Manaus, o que possibilitará à capital do Amazonas economia de R\$ 5,5 bilhões.

## Heráclito elogia indicação de Sabino para a Fundação Zerbini

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) registrou sua satisfação com a indicação do ex-diretor-geral da Câmara dos Deputados Ademar Sabino para presidir a Fundação Zerbini, instituição sem fins lucrativos que, entre outras atividades, administra recursos financeiros para o Instituto

do Coração (Incor) de São Paulo.

– Tenho certeza de que ele realizará uma excelente administração, pela sua experiência e competência – comentou Heráclito, cujos elogios foram endossados pelos senadores José Sarney (PMDB-AP) e Romeu Tuma (PFL-SP).



Leonel Pavan sugere mudança na lei que permite ao governo bloquear liberação de verbas

## Pavan defende recursos para municípios

Leonel Pavan (PSDB-SC) defendeu, em Plenário, a necessidade de se facilitar a liberação de recursos do Orçamento da União para os municípios. Muitas prefeituras deixam de receber verbas de emendas parlamentares porque não têm dinheiro para pagar a contrapartida de 30% para os investimentos da União nos municípios, ressaltou ele.

– Precisamos mudar a lei que permite ao governo federal impedir a liberação dos recursos para esses municípios pobres – disse o parlamentar.



Ramez Tebet observa que medida permitiria a jovem carente cursar faculdade particular

## Tebet apóia uso do FGTS em curso superior

Ramez Tebet (PMDB-MS) apelou ao governo para que encampe a idéia defendida pelo ministro do Turismo, Walfrido Mares Guia, de permitir que uma família use seu saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para gastos com educação.

Para Tebet, a adoção da medida teria efeitos muito positivos nas camadas mais carentes, porque permitiria que estudantes que não tiveram condições de fazer “cursinhos” pudessem cursar universidades privadas.

Audiência pública promovida pela Comissão de Relações Exteriores discute as causas da perda de espaço do Brasil na economia mundial desde os anos 70

# País ainda pode voltar a crescer com rapidez, dizem Jaguaribe e Ricúpero

O Brasil ainda tem condições para voltar a ser um dos países que mais crescem no mundo, concordaram o sociólogo Hélio Jaguaribe e o embaixador Rubens Ricúpero, durante audiência, ontem, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). Mas, para isso, observaram, precisa adotar mudanças na política econômica e postura mais decidida em favor do desenvolvimento.

Jaguaribe considerou “humilhante” a comparação do atual crescimento do Brasil com o de países como a Coreia, a China e a Índia. Ele atribuiu as modestas taxas brasileiras à adoção de políticas consideradas neoliberais pelos presidentes Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva.

– É possível hoje buscar um neodesenvolvimentismo, não como o do ex-presidente Juscelino, mas adaptado ao tempo atual e com uma dimensão



Roberto Saturnino (C) dirige audiência que teve a participação de Hélio Jaguaribe e Rubens Ricúpero

regional. Devemos buscar uma aliança estratégica séria com a Argentina, a partir da qual poderíamos fortalecer o Mercosul, a Comunidade Sul-Americana de Nações e, dessa forma, adquirir massa crítica para enfrentar o imperialismo americano.

Ex-ministro da Fazenda, Ricúpero disse que a decisão mais urgente é acertar uma dose mais moderada para os juros e o câmbio. Na sua opinião,

a crise da dívida brasileira, no início dos anos 80, pode ser considerada um “divisor de águas” entre os tempos de alto crescimento e o momento atual. afirmou que os países asiáticos atingidos pelo aumento dos preços do petróleo na época saíram mais fortes da crise, por sempre manterem inflação baixa e déficits pequenos, além de fortes investimentos em educação e pesquisa.

## Para Jefferson Péres, decisão está nas mãos dos brasileiros

Está nas mãos dos brasileiros a decisão de seguir o exemplo asiático e retomar o rápido crescimento, disse o senador Jefferson Péres (PDT-AM) na audiência promovida pela CRE para debater as razões por que o país teria perdido espaço na economia mundial desde os anos 70. A

seu ver, não se pode atribuir a outros países a culpa pelas modestas taxas de crescimento experimentadas pelo Brasil.

– A Coreia tem mais doutores por habitante do que os Estados Unidos.



Modesta taxa de crescimento do Brasil não pode ser atribuída a outros países, salienta Jefferson

Por que o Brasil não fez isso? Foram os americanos que determinaram? O problema é que temos um Estado corrupto e ineficiente, e não há imperialismo responsável por isso – frisou Jefferson Péres durante o debate na comissão.

Cristovam Buarque (PDT-DF) atribuiu o crescimento asiático em parte à continuidade de políticas públicas. Autor do requerimento da audiência, Arthur Virgílio (PSDB-AM) disse lamentar que os brasileiros ainda não tenham desenvolvido o hábito da poupança e defendeu a ampliação da

taxa de investimento para uma faixa entre 25% e 28% do produto interno bruto. A preocupação com o câmbio também foi tema de Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG).

Já Roberto Saturnino (PT-RJ), presidente da CRE, admitiu que uma queda substancial dos juros poderia ter efeitos sobre a inflação. Flexa Ribeiro (PSDB-PA) defendeu a diminuição das desigualdades regionais. Eduardo Suplicy (PT-SP) elogiou a qualidade do debate e a “excelente contribuição” de Jaguaribe e Ricúpero. Por sua vez, Edison Lobão (PFL-MA) assinalou que todos “sabem mais ou menos os males que nos afligem, mas não encontramos os remédios adequados”.

## Jucá aplaude decisão de Lula em favor de produtores de Roraima

Romero Jucá (PMDB-RR) aplaudiu ontem, em discurso no Plenário, a decisão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de determinar ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) a suspensão de ações judiciais de imissão de posse contra produtores rurais no estado de Roraima.

O senador adiantou que as áreas citadas nas 11 ações judiciais são passíveis de regularização, graças aos vários procedimentos legais adotados pelo governo federal. Jucá informou que o procurador-geral do Incra, Valdez Frias, já viajou para Boa Vista a fim de analisar toda a documentação, com o objetivo de formalizar a suspensão dos processos junto aos juízes federais.

## Suassuna elogia a atuação do ministro das Cidades

Ney Suassuna (PMDB-PB) elogiou o trabalho desenvolvido pelo ministro das Cidades, Márcio Fortes de Almeida. Segundo o senador, em apenas quatro meses Márcio Fortes “dinamizou” as ações do ministério, já tendo empregado R\$ 4 bilhões em obras e serviços. Entre as realizações, Suassuna destacou a alocação de recursos para o setor de saneamento. Citou ainda os gastos com a regulamentação do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social e a liberação de R\$ 240 milhões para os metrô de Salvador e Fortaleza. “Trata-se, portanto, de um homem público sério, que não pode ser injustamente tachado de incompetente por alguns setores e órgãos da imprensa”.



César Borges diz que estão sendo realizadas obras preliminares relacionadas à transposição

## Borges aponta descumprimento de promessa

César Borges (PFL-BA) criticou o fato de o Ministério da Integração Nacional estar tomando providências preliminares sobre a transposição de águas do rio São Francisco antes da aprovação do projeto. Ele se referiu a estradas vicinais que estariam sendo construídas pelo Exército e a desapropriações.

– Estão patentes a má-fé e o aodamento do ministro Ciro Gomes, que está induzindo o presidente Lula a descumprir sua promessa ao bispo dom Luiz Cappio de debater o projeto com a sociedade – disse.



Tourinho adverte que delonga na liberação do documento põe em risco a geração de energia no país

## Tourinho critica demora para se obter licença

Ao comentar matéria do jornal *Valor Econômico*, segundo a qual os principais grupos do setor deverão ficar de fora do leilão para a construção de hidrelétricas, Rodolpho Tourinho (PFL-BA) creditou o suposto desinteresse à demora na concessão de licença ambiental aos empreendimentos pelo governo.

O parlamentar baiano destacou que, além de prejudicar a construção de futuras hidrelétricas, a demora na liberação da licença põe em risco a geração de energia no país.



Osmar Dias: 17 estados não aplicam na saúde o que é determinado pela Constituição

## Osmar Dias cobra verbas para a saúde

O senador Osmar Dias (PDT-PR) cobrou o cumprimento dos dispositivos constitucionais que definem os percentuais de recursos públicos a serem aplicados na área de saúde. Segundo ele, 17 estados da Federação estão aplicando valores muito aquém dos determinados por lei.

Na opinião de Osmar Dias, é preciso fiscalizar o cumprimento dos dispositivos legais que dizem respeito à aplicação dos recursos e punir os responsáveis pela precariedade do sistema de saúde brasileiro.



Lando afirma que dinheiro seria usado para concluir a construção de 14 instituições no estado

## Amir Lando pede recursos para hospitais de RO

Amir Lando (PMDB-RO) solicitou ao ministro da Saúde, Saraiva Felipe, alocação de recursos para a saúde pública de Rondônia. O dinheiro seria usado para a conclusão de 14 hospitais localizados em municípios remotos do estado. O senador criticou o corte de recursos orçamentários para a saúde e pediu que isso não volte a ocorrer.

Lando também sugeriu a criação de uma comissão externa do Senado para acompanhar a aplicação de recursos na saúde pública.

Senadora, que pediu audiência para discutir situação dos meninos de rua, afirma que governo deve fazer aliança com entidades que conhecem as crianças para uma ação mais eficiente

# Parcerias podem melhorar situação dos meninos de rua, afirma Patrícia

Durante audiência pública realizada ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), Patrícia Saboya Gomes (PSB-CE) afirmou que é da competência do governo federal o atendimento às crianças e adolescentes que moram na rua. Na avaliação da senadora, essa atividade estatal, para ser mais eficiente, deveria ser desempenhada por meio de parcerias com empresas privadas, que já vêm trabalhando na área mesmo com escassos recursos financeiros.

– Entidades com muito poucos recursos fazem o que o Estado não pode fazer. É importante fazer aliança com pessoas e entidades que conhecem as crianças, sabem onde elas moram e se colocam como anjos da guarda das nossas crianças, sem tirar a responsabilidade do Estado – assinalou Patrícia Saboya.

## Ações integradas são defendidas para solucionar o problema

O sub-secretário Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, Amarildo Baesso, afirmou, durante audiência pública na CAS, que a solução para o problema de meninos de rua é atribuição da União, estados e, especialmente, dos municípios. Disse ainda que a adoção de um atendimento integral, que envolva a família, pode proporcionar soluções mais definitivas.

O presidente Lula, informou Baesso, instituiu um grupo de trabalho para garantir o direito à convivência familiar e comunitária, envolvendo entidades, órgãos ministeriais, estados e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef). Segundo ele, o grupo já elaborou um esboço de projeto para aplicar às crianças moradoras de rua.

Investimentos na educação pré-escolar, frisou Romeu Tuma (PFL-SP), podem contribuir para diminuir a incidência de meninos nas ruas. Para Rodolpho Tourinho (PFL-BA), a questão está também ligada à desigualdade racial, especialmente no seu estado. Flávio Arns (PR-PR) informou que Patrícia Saboya recebeu a denominação de “anjo da guarda”, atribuída pelo representante do Comitê Nacional da campanha Meninos de Rua Fora das Ruas, do Rio de Janeiro, padre Renato Chiera.

A senadora pediu essa reunião para discutir a situação dos meninos e meninas brasileiros que moram na rua e o andamento da campanha Meninos de Rua Fora das Ruas. Para ela, é importante investir em projetos preventivos a fim de evitar que as crianças se tornem bandidos e traficantes, aumentando, assim, o contingente de excluídos.

Ao ser convidada por Patrícia Saboya para falar de sua experiência pessoal, a adolescente Ana Lúcia Andrade de Farias, ex-menina de rua e hoje educadora de meninos e meninas de rua, lembrou que é necessário não apenas apresentar propostas para o problema, mas, também, implementá-las. Ana destacou que nenhum dos responsáveis pela defesa dos direitos das crianças, citados no artigo 4º do Estatuto da

Criança e do Adolescente (ECA), está cumprindo a determinação a eles imposta: “É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária”, diz o artigo.

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) propôs que o assunto seja transformado em pauta permanente na CAS para chamar a atenção para o problema. O parlamentar sugeriu ainda que a comissão promova audiência pública para ouvir as crianças moradoras de rua, “para que o Brasil veja o que elas têm a nos dizer”. Iniciativa que teve o apoio de Patrícia Saboya.



Ao lado de Patrícia, Baesso e Rosemeyer, padre Chiera fala sobre o número de meninos nas ruas

## Representantes de comitê defendem políticas públicas para as crianças

O representante do Comitê Nacional da Campanha Meninos de Rua Fora das Ruas, do Rio de Janeiro (RJ), padre Renato Chiera, disse que o Estado tem obrigação de elaborar políticas públicas para os menores que habitam as ruas. Ele informou que organizações não-governamentais (ONGs) vêm desenvolvendo atribuições que seriam do Estado, e o governo não é responsabilizado pelas conseqüências.

O padre Chiera afirmou também que o número de crianças brasileiras moradoras de rua não é tão elevado como demonstram os índices. Segundo ele, contagem realizada pelas entidades assistenciais indica que na cidade do Rio de Janeiro há menos de mil meninos e meninas morando

nas ruas. Em São Paulo, ressaltou, esse número é pouco mais de mil e, no Recife, não passa de 500.

Já o representante do Comitê Nacional de Combate à Situação de Moradia nas Ruas de Crianças e Adolescentes, do Ceará, Bernardo Rosemeyer, observou que, para se realizar políticas eficientes, é necessário saber exatamente quantas crianças estão nas ruas.

Para Rosemeyer, o governo gasta dez vezes mais com infratores do que gastaria se acolhesse as crianças brasileiras. Criticou ainda o fato de os recursos destinados às entidades que cuidam de crianças de rua serem provenientes do exterior. Essa situação é vergonhosa, pois os recursos deveriam ser nacionais, frisou.



Segundo Iris, Campanha Nacional de Prevenção ao Câncer de Pele ocorrerá em 22 estados

## Iris registra campanha contra câncer

Iris de Araújo (PMDB-GO) comunicou ontem que a Sociedade Brasileira de Dermatologia (SBD) realizará, neste sábado, a Campanha Nacional de Prevenção ao Câncer de Pele. O evento irá ocorrer em cidades de 22 estados brasileiros, com o objetivo de oferecer orientação gratuita à população sobre prevenção e detecção da doença.

Conforme a senadora, o Instituto Nacional de Câncer (Inca) estima a ocorrência de 119 mil novos casos da doença até o fim do ano.

## Magno Malta critica ministro da Saúde

Em discurso ontem no Plenário, o senador Magno Malta (PL-ES) afirmou que, ao tentar audiência com o ministro da Saúde, Saraiva Felipe, para tratar de problemas do Hospital Evangélico de Cachoeiro de Itapemirim, foi informado de que o ministro somente poderia atendê-lo daqui a seis meses.

Além de criticar Saraiva Felipe, o senador manifestou apoio ao movimento nacional para que o governo federal reajuste a tabela de remuneração do Sistema Único de Saúde (SUS).



Malta também destaca seu apoio ao movimento nacional para o reajuste da tabela do SUS